



POLÍCIA FEDERAL

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 4694444/2017-APGEF/DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08200.016246/2017-13

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de placas em polipropileno de 96 poços de capacidade nominal 1,2mL e 2,2mL, para uso na etapa de extração/purificação de DNA em plataforma de automação Biomek NXp, para atender as demandas do laboratório da Área de Perícias em Genética Forense (APGEF) da Polícia Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Placa em polipropileno de 96 poços de 2,2ml por poço - Placa em polipropileno de 96 poços, com formato de secção quadrado, com 2.2ml de capacidade cada poço. Compatível com o equipamento Biomek NXp, modelo "Square-Well Deep Well Plate". Equivalente a produto da marca Promega de código nº V6781	410791*	Unidade	200 placas	R\$ 8.516,00
2	Placa em polipropileno de 96 poços de 1.2ml por poço - Placa em polipropileno de 96 poços, com formato de secção redondo e fundo arredondado, com 1.2ml de capacidade cada poço. Compatível com o equipamento Biomek NXp, modelo "Round-Bottom Deep Well Plate". Equivalente a produto da marca Promega de código nº V6771	410791*	Unidade	400 placas	R\$ 16.224,00

* código CATMAT de produto semelhante mas não idêntico.

1.2. A validade de todos os itens não poderá ser inferior a 10 (dez) meses ou 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo fabricante. Em caso de o material apresentar problemas no decorrer da sua garantia/validade, a empresa será notificada pela Área de Material para realização de troca.

1.3. Da sustentabilidade ambiental: Os itens constantes neste Projeto Básico são compostos de material plástico e quando descartados, serão coletados por empresa especializada em coleta/tratamento de lixo hospitalar.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. DA NECESSIDADE DAS AQUISIÇÕES

2.1.1. Dada a demanda crescente de exames, a Área de Perícias em Genética Forense (APGEF) do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal optou por adquirir a plataforma de automação *Biomek NXp*, um equipamento capaz de realizar várias etapas dos exames sem a necessidade de intervenção humana, aumentando a produtividade e diminuindo as chances de erro de natureza humana

2.1.2. Os objetos da contratação são materiais consumíveis e descartáveis, uma vez que entram em contato direto com as amostras, e possuem as dimensões exatas e outras características técnicas, como a esterilidade e baixa capacidade de ligação a ácidos nucleicos, que foram utilizadas no desenvolvimento do “script” pelo fabricante.

2.1.3. A aquisição das placas especificadas se faz necessária para a automação do processo de extração de DNA a partir de amostras forenses, etapa inicial e determinante para a obtenção de perfis genéticos com qualidade forense.

2.2. DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

2.2.1. Já houve tentativa pretérita de compra pela APGEF, via licitação (processo SEI nº 080592339201571), de itens similares mas no ato de recebimento de amostras para teste ficou constatado que os itens vencedores daquele processo possuíam dimensões diferentes em alguns milímetros do especificado, impedindo a sua aceitação.

2.2.2. Tal equipamento trabalha com “scripts” (ou roteiros inseridos no programa de controle do equipamento) que, em precisão milimétrica, fornece os comandos para a execução da tarefa (no caso a extração de DNA).

2.2.3. Existem no mercado itens com características similares, porém não apresentam as dimensões exatas para o esperado na programação do “script”, haja vista que alguns poucos milímetros alteram no funcionamento do “script” e, conseqüentemente, na qualidade dos resultados.

2.2.4. No mercado nacional somente a empresa PROMEGA BIOTECNOLOGIA DO BRASIL Ltda possui tais consumíveis em suas dimensões exatas para a correto funcionamento da plataforma de automação *Biomek NXp*.

2.3. DO QUANTITATIVO ADQUIRIDO

2.3.1. As quantidades dos produtos a serem adquiridos foram estipuladas considerando: 1) Informações contidas no Sistema Criminalística – SisCrim, que é o sistema oficial de gerenciamento de documentações e materiais utilizado por todas as unidades de perícia do Departamento de Polícia Federal. Tal sistema possui relatório informativo com o número de casos pendentes sendo que em média, são processadas cinco amostras por caso, estimando-se, portanto, a quantidade de insumos a serem adquiridos; 2) mensuração do consumo dos insumos em estoque, mediante comparação do levantamento anual de estoque do exercício 2016 com o 2017; 3) Planejamento para a operacionalização de identificações criminais com fulcro na Lei nº 12.654/2012.

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

3.1. O prazo de entrega dos bens é de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação do Contrato no Diário Oficial da União, em remessa única, na Área de materiais (ARMAT) do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, localizada no endereço SPO Quadra 7 Lote 23, Setor Policial Sul,

Brasília/DF. CEP: 70610-200 no horário de 08:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00 de segunda a sexta feira, exceto feriados. A empresa beneficiada será responsável pela confirmação do local e horário para a entrega dos materiais, mediante contato telefônico com a seção de almoxarifado pelo telefone (61) 2024-9828.

3.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 10 (dez) meses ou dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

3.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 20 (vinte) dias, pelos(as) responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.

3.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, mesmo que as condições em desacordo sejam percebidas após o recebimento definitivo. Os bens rejeitados devem ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

3.4.1. Na situação de desconformidade, a Administração notificará a CONTRATADA, por escrito, no máximo em 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento provisório dos bens, informando qual(is) item(ns) deverá(ão) ser substituído(s).

3.4.2. O prazo de substituição acima proposto, terá início a partir da confirmação de recebimento, pela, CONTRATADA, da notificação de reprovação.

3.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de trinta (30) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação e confirmação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou atesto da nota fiscal.

3.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou de vícios, defeitos verificados e comprovados no momento do efetivo uso dos bens recebidos.

3.7. No ato da entrega, caso o(s) produto(s) ofertado(s) tenha(m) saído de linha de produção do fabricante, deverá(ao) ser entregue(s) aquele(s) que substituiu(ram) o(s) antigo(s), ou seja, o(s) mais atualizado(s), sem ensejar ônus adicional para a CONTRATANTE, devendo ser apresentada a respectiva comprovação da descontinuidade.

3.8. A empresa vencedora se responsabiliza, integralmente, por quaisquer avarias, violações e eventuais problemas ocorridos durante o transporte dos produtos até o local de sua efetiva entrega.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. São obrigações da Contratante:

4.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no projeto básico e seus anexos;

4.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do projeto básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.1.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido sem qualquer ônus para a contratante;

4.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

4.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no projeto básico e seus anexos;

4.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.3. Consoante o artigo 45 da Lei nº9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no projeto básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no projeto básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo e procedência e prazo de garantia ou validade*;

5.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso*;

5.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, qual seja 60 (sessenta) dias corridos o objeto com avarias ou defeitos;

5.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na inexistência de licitação;

5.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.1.7. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento de amostras dos bens ora adquiridos, para verificação de conformidade e qualidade exigidas pela CONTRATANTE.

5.1.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto deste Projeto Básico.

5.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

7. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

7.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução

do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

8. CONTROLE DA EXECUÇÃO

8.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

9.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3. Fraudar na execução do contrato;

9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5. Cometer fraude fiscal;

9.1.6. Não manter a proposta.

9.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.3. Multa moratória de 0,2 % (zero virgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; sem prejuízo das demais penalidades. Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

9.3.1. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.3.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

9.3.4. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

9.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a

Contratante pelos prejuízos causados;

9.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

9.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10. AVALIAÇÃO DE CUSTO

10.1. O custo estimado da presente contratação é de **R\$ 24.740,00 (vinte e quatro mil setecentos e quarenta reais)** conforme a tabela a seguir:

Item	Descrição	Custo
1	Placa em polipropileno de 96 poços de 2,2ml por poço código nº V6781 QUANTIDADE REQUERIDA: 200 unidades VALOR UNITÁRIO: R\$ 2.129,00 (embalagem com 50 ud) VALOR REQUERIDO: 4 x 2.129,00 = R\$ 8.516,00	R\$ 8.516,00
2	Placa em polipropileno de 96 poços de 1.2ml por poço código nº V6771 QUANTIDADE REQUERIDA: 400 unidades VALOR UNITÁRIO: R\$ 2.028,00 (embalagem com 50 ud) VALOR REQUERIDO: 8 x 2.028,00 = R\$ 16.224,00	R\$ 16.224,00

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do atesto da nota fiscal, a ser processado, mediante Ordem Bancária creditada em conta-corrente indicada pela empresa, conforme

dispõe o Art. 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93, combinado com Art. 73, Inciso II, do mesmo diploma legal.

11.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa beneficiária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do material.

11.3. Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado à empresa beneficiária, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação exigidas na inexigibilidade de licitação, ou por meio da documentação anexada a fatura relativa aos Incisos III e IV, Art 29 da Lei n.º 8.666/93.

11.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente, e o pagamento susinado até que a empresa providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte desta Diretoria.

11.5. Em cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96, a DITEC reterá, na fonte, o imposto sobre a renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção.

11.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, serão calculados à 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, entre a data referida no primeiro subitem do 'PAGAMENTO' e a correspondente ao efetivo pagamento, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso.

11.7. A atualização financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

12- RESPONSÁVEL PELO PROJETO BÁSICO

12.1. O presente Projeto Básico foi elaborado pelo abaixo assinado, no uso das suas atribuições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto do exame e, no caso de concordância, da aprovação pelo Diretor Técnico-Científico da Polícia Federal, integrando o processo administrativo formalizado com vistas à instauração do certame licitatório e constituindo-se em Anexo do projeto básico.

Brasília/DF, 17 de novembro de 2017.

RONALDO CARNEIRO DA SILVA JUNIOR

Perito Criminal Federal

Responsável pela APGEF/DPER/INC/DITEC/PF

De acordo.

JURANDIR SEVERO DA SILVA

Perito Criminal Federal

Chefe da Divisão de Perícias-DPER

Aprovo este Projeto Básico em _____ de _____ de 2017

JOSÉ JAIR WERMANN

Diretor Técnico-Científico

PERITO CRIMINAL FEDERAL



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO CARNEIRO DA SILVA JUNIOR, Perito(a) Criminal Federal**, em 17/11/2017, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JURANDIR SEVERO DA SILVA, Chefe de Divisão**, em 20/11/2017, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE JAIR WERMANN, Diretor(a)**, em 20/11/2017, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 4694444 e o código CRC 6E3C5BD9.

Referência: Processo nº 08200.016246/2017-13

SEI nº 4694444